



CSS - NÃO !

Embora já existam muitos e mais do que suficientes impostos para todas as finalidades, com alíquotas que ultrapassam o tolerável, alguns políticos tentam aprovar mais um tributo, a **CSS**, iludindo o povo brasileiro em relação aos verdadeiros propósitos desta contribuição, que de forma indireta atingirá todos os cidadãos do nosso país.

Por mais de 10 anos tivemos a desgraça de contar com a **CPMF**, pagando-a, recolhendo bilhões de reais aos cofres da União e infelizmente o dinheiro arrecadado serviu para muitas e diferentes finalidades não sendo aplicado nas melhorias do quadro da saúde, para o que havia sido criado. Agora, tenta-se com outro nome criar um substituto, a não menos malfadada **CSS**.

Com o aumento da arrecadação tributária que se verificou nos últimos anos, desnecessário e injustificável a criação de mais um imposto. Que se siga o exemplo de governantes inteligentes que sem a aprovação de novos impostos e nem aumentando as alíquotas, fazem de suas administrações, modelos e exemplos a serem seguidos. Com novas técnicas e tecnologias disponíveis, cada ano deve-se fazer mais com menos recursos.

Com a antiga CPMF, bilhões de reais em dinheiro vivo foram arrecadados e a saúde pública, usada como justificativa para ludibriar o povo brasileiro, muito pouco ou quase nada recebeu, das imensas somas arrecadadas e por isso justamente não foi prorrogada.

O governo, na condição de administrador público dos recursos arrecadados, tem a obrigação de ser transparente e prestar contas de todos os recursos arrecadados e justificar a sua destinação. Incrível nem tolerável o fato de estarmos diante de uma arrecadação tão fantástica de tributos federais, como a atualmente auferida pela União e alguns políticos ainda entendem que a única forma de resolver os problemas da saúde pública que continua agonizando, é criar mais um imposto. Diga-se, saúde pública que continua proporcionando diariamente além de inconcebíveis filas, cenas lamentáveis e desumanas.

Inconcebível que diariamente pessoas pobres, no limite de suas forças e capacidades, ainda tenham de se socorrer do Poder Judiciário, última tábua de salvação, para obter um atendimento digno, um medicamento ou uma internação, fazendo com que Municípios e Estados sejam compelidos a fazer com poucos recursos próprios o que a União, com sobras, deveria cumprir, pois já embolsa muito além do necessário de todos nós.

Louvável a visão e a clareza da colocação de autoridades, como a Juíza de Direito, Laura Ullmann López, que do alto de sua sabedoria, indignada com as demandas que lhe são propostas, representou junto a Procuradoria da República, afirmando entre muitas outras coisas...

“Convoco toda a população brasileira a se rebelar contra esta situação, a cobrar resultados, transparência, correção, a pressionar diretamente o governo e seus representantes, em todas as esferas”. “Ninguém aqueça mais esse caos na saúde, na educação,esta carga tributária irracional, ninguém agüenta mais estes percentuais absurdos de impostos, chega de pagar tanto e não receber nada em troca”.

Os valores pagos para o SUS não cobrem nem os custos. A inflação calculada pelo governo e autorizada para cobrança pelos Planos de Saúde particulares, é 10 vezes superior aos aumentos concedidos pelos serviços do SUS, e a este não é aplicado. São dois pesos e duas medidas para a mesma saúde, que sendo pública ou privada, utiliza os mesmos remédios, hospitais, profissionais da medicina, etc... Convém ainda não esquecer que o governo também arrecada para a saúde, dos trabalhadores, dos autônomos, dos profissionais liberais bem como dos empresários a enorme e injustificável carga sobre a folha de pagamento, a qual há muito deveria ser desonerada, para uma maior geração de empregos.

Nosso sincero desejo é de que todos os legisladores do nosso país também fiquem indignados. Que com os recursos arrecadados, sem a **CSS**, sejam prestados todos os serviços públicos necessários e indispensáveis para a população. Que a qualquer nível de governo não se aprove mais nenhuma Lei que majore alíquotas e nem se crie nenhuma contribuição ou imposto novo.

Renato Jackisch

Advogado Tributarista, Contador e Administrador.